

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.779.105 - PR (2020/0271362-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : K DE S R (MENOR)
REPR. POR : V C C DE S
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE CURITIBA
PROCURADOR : SIMONE KOHLER - PR014027

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por K DE S R contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim resumido:

AGRAVO GRAU SUSPENSÃO DE LIMINAR DECISÃO DE PRIMEIRO PELA QUAL SE DETERMINOU A IMEDIATA DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGA EM CENTRO DE EDUCAÇÃO PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA QUE SUSPENDEU A LIMINAR CINCO DIAS INTELIGÊNCIA DOS ARTS 4§ DA LEI FEDERAL Nº 843792 12 § 1º DA LEI FEDERAL Nº 734785 E 15 CAPUT DA LEI FEDERAL Nº 1201609 DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS NÃO REVOGADAS PELO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL PRAZO PREVISTO PELO NOVO DIPLOMA PROCESSUAL PARA INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO QUE NÃO SE APLICA AO PRESENTE CASO PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE PRECEDENTES DO STF INAPLICABILIDADE DO PRAZO EM DOBRO INTEMPESTIVIDADE RECURSO NÃO CONHECIDO

Quanto à controvérsia, alega violação dos arts. 186, §4º, e 1.070 do Código de Processo Civil, insurgindo-se contra o não conhecimento do agravo de instrumento interposto na origem, ao argumento de que:

[...] ao realizar juízo de admissibilidade, o Órgão Especial do Tribunal estadual negou conhecimento ao recurso de Agravo Interno em Suspensão de Liminar interposto pelos ora recorrentes, sob o fundamento de que, o art. 4.º 9, caput e § 3.º 9, da Lei Federal n. 8.437/1992, dispõe expressamente sobre o prazo de 5 dias para interposição de recurso de agravo contra decisão proferida pelo Presidente do Tribunal de Justiça em sede

de incidente de suspensão de medida liminar.

Ainda conforme o acórdão recorrido, referido prazo não fora revogado por qualquer disposição do CPC/2015, visto que os artigos 1.046, §2º. e 1.059 do mesmo codex, determinam o seu caráter geral e supletivo, restando impossibilitada qualquer alteração do prazo recursal previsto na legislação especial, por força do princípio da especialidade.

Ocorre que, os artigos 186, § 4º 2 e 1.070 do Código de Processo Civil não trazem meras disposições diferentes daquelas previstas na Lei Especial. Na verdade, referidos dispositivos veiculam expressos comandos normativos derogatórios de outros dispositivos legais que regulem a mesma matéria.

Não se trata de um conflito aparente de norma a demandar a aplicação de princípios interpretativos, cuida-se, na verdade, de mera resistência injustificável pelo órgão julgador em dar cumprimento à ordem normativa expressa e clara do novo código processual.

De qualquer modo, mesmo no contexto hipotético de um conflito aparente de normas, os artigos 186, § 4º 2 e 1.070 do CPC, devem ser qualificados como normas especiais, pois expressamente estabeleceram o âmbito de sua incidência. Não é porque estão dispostas no Código que são necessariamente normas gerais (fl. 436).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No caso, os presentes autos são referentes à suspensão de decisão liminar, incidente processual previsto em leis específicas que dispõem expressamente ser de cinco dias o prazo para interposição de agravo contra a decisão suspensiva exarada pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

(...)

O Regimento Interno deste Tribunal de Justiça, por sua vez, igualmente estabelece o prazo de cinco dias para interposição do presente recurso (fls. 418/419).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ademais, incide o óbice da Súmula n. 283/STF, uma vez que a parte deixou de atacar fundamento autônomo e suficiente para manter o julgado, qual seja:

Mesmo se assim não fosse, o protocolo do agravo pela Defensoria Pública do Estado do Paraná ocorreu 64 dias após o recebimento dos autos, restando evidenciada sua intempestividade (fl. 422).

Nesse sentido: “A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles'”. (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.317.285/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.572.038/RS, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1.157.074/SP, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 5/8/2020; AgInt no REsp 1.389.204/MG, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 3/8/2020; AgInt no REsp 1.842.047/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; e AgRg nos EAREsp 447.251/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 20/5/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente